

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 024/2021
PROCESSO: 00000326/2021

A FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Universidade Federal de Goiás – UFG, constituída nos termos da escritura pública datada de 18/11/98, lavrada perante o 2º Tabelionato de Notas da Comarca de Goiânia – Goiás, livro nº 956, fls. 152/153, com sede na Primeira Avenida, Nº 545, Setor Leste Universitário, Goiânia – Goiás, inscrita no CNPJ Nº 02.918.347/0001-43, no âmbito do Estado de Goiás pelo **DECRETO Nº 8.241, DE 21 DE MAIO DE 2014**, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar **SELEÇÃO PÚBLICA** objetivando a contratação do serviço abaixo especificado, com o propósito de atender as necessidades do **HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO**, localizado à Rua Joaquim Caetano, nº 1876, Divino Espírito Santo, CEP: 75805-020 Jataí – GO, nos termos do Termo de Colaboração nº 01/2020-SES celebrado entre o Estado de Goiás, via Secretaria Estadual de Saúde, e a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG – FUNDAHc.

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES:

1.1 – O prazo de publicidade da presente seleção pública será de 10 (*dez*) dias úteis, a contar da data de publicação no sítio da FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG (<https://fundahc.hc.ufg.br>) e em jornal de grande circulação do Estado de Goiás, em cumprimento ao que determina o Regulamento da FUNDAHc.;

1.2 – A data para envio das propostas contendo toda a documentação exigida será até o último dia da publicação que se refere o item anterior (*1.1*);

1.3 – As propostas poderão ser enviadas por meio eletrônico ou físico.

- I. Endereço eletrônico: (vander@fundahc.com.br).
- II. Endereço físico: Primeira Avenida, Nº 545, Setor Leste Universitário, Goiânia – Goiás – CEP: 74.605-020.

1.4 – No caso de envio de proposta por meio postal, a mesma deve chegar ao endereço informado no item 1.3 com antecedência de até 30 (*trinta*) minutos antes do horário de encerramento da Seleção Pública, a qual está prevista para as 17h00min horas do último dia da publicação que se refere o item (*1.1*);

1.5 – Serão considerados somente os envelopes enviados por meio postal aqueles que chegarem ao endereço especificado no item 1.3, os envelopes deverão conter a documentação e proposta exigida, dentro do prazo previsto no item 1.4, não sendo aceito a data de postagem para contagem da tempestividade. Os envelopes deverão conter ainda em sua parte externa e frontal, os dizeres:

“A FUNDACH (FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS – UFG)”

Comprador – Vander Monteiro.

Seleção Pública Nº. 24/2021

Identificação dos Envelopes (nº. 01 e nº. 02)

Denominação ou Razão Social, do Remetente.

1.6 - A ausência de numeração dos envelopes, da identificação do interessado e da identificação da seleção pública, impossibilitará a sua abertura, desqualificando a interessada para o certame.

2. OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1 – A presente seleção pública tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de controle de qualidade e radiação de fuga em equipamentos emissores de radiação ionizante e levantamento radiométrico dos equipamentos de radiação ionizante do **HCSC – HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO** localizado na Rua Joaquim Caetano, nº 1876, Divino Espírito Santo, CEP: 75.805-020 Jataí – GO, *conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I*, disponíveis no sítio da FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG (<https://fundahc.hc.ufg.br>);

2.2 – Os serviços deverão ser prestados de acordo com as mais variadas técnicas e soluções inerentes à especialidade objeto desta seleção pública e Termo de referência.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DAS PROPOSTAS:

3.1 – Poderão participar da presente Seleção Pública todos os interessados que atendam a todas as condições e exigências deste instrumento convocatório (*Edital*), bem como do Termo de Referência;

3.2 – Somente poderão participar os interessados que possuam objeto social compatível com o objeto da contratação pretendida;

3.3 – Não será admitida nesta Seleção Pública a participação de empresas, na qualidade de proponentes que:

- a)** Estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b)** Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que, por esta, tenham sido declaradas inidôneas, ou que tenha em seu desfavor processo de apuração de responsabilidade realizada pelo Estado de Goiás ou pela FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG;
- c)** Estrangeiras que não funcionem no país;

- d)** Tenham em seu quadro cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 3º (*terceiro*) grau, do Governador, Vice-Governador, de Secretários de Estado, de Deputados Estaduais, de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e seus respectivos municípios, de Presidente de Autarquias, Fundações e Empresas Estatais, onde a FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG atua ou venha a atuar, bem como de Senadores e Deputados Federais, do Tribunal de Contas da União, e, também, dos diretores, estatutários ou não desta Fundação de Apoio;
- e)** A participação simultânea de empresas, cujos sócios ou diretores, responsáveis técnicos ou integrantes da equipe técnica pertençam a mais de uma empresa proponente;
- f)** A participação das empresas que se encontrem em processo falimentar, dissolução ou liquidação ou concurso de credores.

3.4 – Para a elaboração da proposta o interessado poderá realizar visita técnica e vistoriar o local onde serão executados os serviços, em companhia de servidor(a) da FUNDAHc, até 1 (um) dia útil anterior à data fixada para fechamento da entrega de propostas, com o objetivo de se inteirar das condições e do grau de dificuldade existentes na unidade, mediante prévio agendamento com o setor de engenharia clínica da Fundahc, em dias úteis, no horário de 8h00min as 11h00min e 14h00min as 17h00min.

3.5 - Caso a empresa opte por não realizar a visita/vistoria no local, firmará declaração na qual dispense a necessidade de visita/vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do contrato, da presente cotação e dos demais anexos que compõem o processo.

3.6 – As propostas deverão estar em conformidade com todos os requisitos e condições da presente Seleção Pública, incluindo o Edital, Termo de Referência, partes integrantes e inseparáveis deste;

3.7 – As divergências entre a proposta e o que estabelecem as condições descritas nos anexos deverão ser anotadas com destaque na proposta, com a respectiva justificativa, sob pena de desclassificação, cujo acatamento dependerá de prévia autorização da CONTRATANTE;

3.8 – A proposta de preços deverá ser elaborada em língua portuguesa e moeda nacional, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel timbrado da empresa, contendo a indicação da validade da proposta com prazo não inferior a 60 (*sessenta*) dias;

3.9 – A proposta de preços deverá conter os valores unitários e/ou totais conforme exigências do Termo de Referência;

3.10 – Não serão consideradas válidas as propostas entregues em desacordo com a presente Seleção Pública, incluindo o Edital, o Termo de Referência, partes integrantes e inseparáveis deste;

3.11 – O preço deverá trazer incluídas todas as despesas relativas à execução do serviço, inclusive os encargos sociais e trabalhistas;

3.12 – Os erros materiais, de grafia, inversão ou supressão de letras não serão motivos de desclassificação, desde que o erro, inversão ou supressão implique em dúvida sobre a descrição do produto ou serviço, cuja correção poderá ser procedida pelo representante legal da empresa proponente no ato da verificação, se for o caso;

3.13 – Os erros de soma ou multiplicação, bem como a divergência que ocorrer entre o preço unitário e o total do item serão corrigidos automaticamente pela CONTRATANTE, tendo como base o preço unitário.

4. HABILITAÇÃO:

4.1 – Para habilitação na seleção pública, será exigida do interessado, documentação referente à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, conforme abaixo:

4.2 – A documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA consistirá em:

- I - cédula de identidade, no caso de pessoas físicas;
- II - registro comercial, no caso de empresa individual;
- III – cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ (*ativo e regular*), ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e
- V - declaração de que não está inscrita em cadastros nacionais de empresas punidas pela administração pública.
- VI. Documento de identidade do representante legal, sócio ou procurador, que assinar os documentos e propostas entregues.
- VII. Procuração pública ou particular com firma reconhecida, quando os documentos e propostas entregues forem assinados por pessoa diversa da legalmente autorizada nos atos constitutivos, para representar com amplos poderes a proponente nos atos da presente Seleção Pública.
- VIII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho da Região correspondente à sede da proponente, do TRT 18, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa, de 1º e 2º Grau, bem como Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa do TST – Tribunal Superior do Trabalho.

4.3 – A documentação referente à REGULARIDADE FISCAL consistirá em:

I - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do interessado, bem como certidão de regularidade fiscal junto ao Estado de Goiás, ou outra equivalente, na forma da lei. Serão admitidas certidões positivas com efeito de negativa.

II - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que comprove situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.4 – A documentação referente à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em:

I-Atestado ou declaração de capacidade técnica-operacional, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em natureza e quantidades com o objeto da contratação.

II-Certidão de Registro de Pessoa Jurídica ou Inscrição da EMPRESA expedida contendo obrigatoriamente o registro do Responsável Técnico na área afim.

III-Comprovação de que a EMPRESA possui Responsável Técnico.

4.5 – A documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA consistirá em:

I - certidão negativa de falência ou de recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física e,

4.5 – Os documentos de habilitação poderão ser dispensados, no todo ou em parte, nos casos de contratação no valor de até R\$ 100.000,00 (*cem mil reais*) ou de fornecimento de bens para pronta-entrega;

4.6 – Caso o interessado mais bem classificado não atenda às exigências de habilitação, a fundação de apoio poderá convocar os demais participantes, na ordem de classificação, para apresentar a documentação necessária à habilitação.

5. MODO DE DISPUTA, CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E RECURSO.

5.1 – O modo de disputa será fechado, ou seja, as propostas apresentadas pelos fornecedores somente serão divulgadas em data e hora previamente designadas;

5.2 – O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, bem como neste instrumento convocatório;**

5.3 – A FUNDAHC indicará um profissional qualificado para realizar análise minuciosa das propostas, que poderá ensejar na desclassificação do proponente por

descumprimento de requisito essencial, na descrição das especificações ou outras de origem técnica, devidamente justificada;

5.4 – As empresas classificadas poderão ser convocadas para sessão de negociação de preços, sendo que nessa etapa nenhuma mudança será admitida na proposta, exceto quanto ao preço;

5.5 – O resultado será divulgado no sítio da FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – FUNDAHc/UFG (<https://fundahc.hc.ufg.br>);

5.6 – O não comparecimento para assinatura do contrato caracterizará a desistência tácita, procedendo a FUNDAHc ao chamamento da empresa classificada com o menor preço subsequente;

5.7 – Haverá fase recursal única, após o julgamento das propostas;

5.7.1 – Os participantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação manifestarão imediatamente, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão;

5.7.2 – Nas seleções públicas sob a forma eletrônica, a manifestação de que trata o § 1º do art. 30 do decreto 8.241/2014 será efetivada com o envio de um e-mail manifestando o interesse em recorrer no endereço eletrônico vander@fundahc.com.br, no prazo de 48 (*quarenta e oito horas*), contados a partir da data de divulgação no sítio da FUNDAHc;

5.7.3 – Nas seleções públicas sob a forma física, as razões dos recursos serão apresentadas no prazo de 03 (*três*) dias úteis, contado a partir da data de divulgação no sítio da FUNDAHc, devendo ser protocolado obrigatoriamente no SETOR DE COMPRAS na sede da FUNDAHc;

5.7.4 – O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (*três*) dias úteis, contado imediatamente a partir do encerramento do prazo a que se refere o item anterior ou da notificação de interposição de recurso;

5.7.5 – O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 03 (*três*) dias úteis, o encaminhará à autoridade máxima da fundação de apoio, que terá competência para a decisão final, em até 05 (*cinco*) dias úteis;

5.7.6 – O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

6.1 – Além das obrigações constantes em cláusulas próprias deste instrumento convocatório, do Termo de Referência, cabe à CONTRATADA:

A) Realizar inspeção nos equipamentos, salas e EPI's do setor de radiologia do Hospital das Clínicas Dr. Serafim de Carvalho ; Emissão dos laudos e programas e memoriais necessários a proteção radiológica;;

B) Manter compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive condições de habilitação e qualificação apresentadas na proposta;

C) Se responsabilizar por seus associados/ colaboradores no cumprimento das normas de segurança, conduta e disciplina determinadas pela unidade e responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus colaboradores, a Contratante a terceiros por ação ou omissão nas dependências da contratante;

D) A contratada deverá observar as normas de saúde e segurança e higiene no trabalho, no que couber por analogia, com base nos princípios gerais de proteção ao trabalho interacionalmente consagrados;

E) Na inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos pela Contratada ou quaisquer outras ações ou omissões que impliquem em descumprimento do ajuste, estará à mesma sujeita a penalidades;

F) Cumprir as posturas do Município e as disposições legais municipais, estaduais e federais que interfiram na execução do contrato;

G) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação que originou o presente ajuste;

H) Manter, durante toda a execução do contrato, a capacidade técnica e a aptidão para o desempenho da atividade pertinente e compatível com o objeto contratado;

I) Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do contrato;

J) Possuir mão-de-obra qualificada e especializada e prover sua equipe técnica com todo o ferramental e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), necessários à perfeita execução do objeto contratual;

L) Acompanhar direta e continuamente sua equipe de trabalho e fazer cumprir a determinação de uso obrigatório dos EPI's e uniformes, podendo sofrer penalidades contratuais em caso de não observância;

M) Arcar com todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da **CONTRATANTE**.

O) Garantir a execução do objeto do contrato, obedecidas às disposições da legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pela entrega e instalação do equipamento objeto do presente ajuste;

P) Responsabilizar-se, civil e criminalmente, pelos prejuízos ou danos que eventualmente venha a ocasionar à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, em função da execução do objeto deste contrato;

Q) Arcar com todas as despesas diretas e indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como, transportes, frete, carga e descarga, substituição dos produtos que não atendam as especificações constantes na proposta da **CONTRATADA**, etc;

S) Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93;

T) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

6.2 – Sem prejuízo do integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes das disposições do contrato, cabe a **CONTRATANTE**:

1) Designar um representante, denominado Fiscal, bem como seu substituto, ambos com competência legal para promover o acompanhamento e a fiscalização do Contrato e dos respectivos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, e os quais notificarão a CONTRATADA sobre todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, conforme art. 67 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;

2) Expedir a “ORDEM DE SERVIÇO”, nos moldes estipulados no contrato;

3) Facilitar, por todos os meios, a execução do contrato por parte da CONTRATADA;

4) Permitir livre acesso dos técnicos e empregados da CONTRATADA às suas dependências, desde que devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá com fotografia recente;

5) Proporcionar todas as facilidades sob sua responsabilidade e ao seu alcance para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas vigentes e de acordo com as cláusulas contratuais;

6) Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a prestação dos serviços contratados e o exato cumprimento das cláusulas e demais condições contratuais, por intermédio do Fiscal, do substituto e de seus assistentes, aos quais competirá fazer o acompanhamento da execução do Contrato, dirimindo e desembaraçando eventuais pendências, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE ou até mesmo pela CONTRATADA, bem como não permitindo a execução de e/ou ordenando que sejam refeitas quaisquer tarefas em desacordo com os termos acordados;

7) Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre qualquer falta ou irregularidade observada no curso da execução do objeto do Contrato, bem como fixar prazo para a devida solução do problema, caso já não haja previsão contratual a respeito;

8) Não permitir que os técnicos e empregados da CONTRATADA executem quaisquer tarefas ou atividades em desacordo com as especificações, exigências e condições estabelecidas no Contrato ou em qualquer de seus Anexos;

9) Prestar à CONTRATADA as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados;

10) Efetuar o pagamento no prazo, condições e preços pactuados;

11) Recusar o serviço prestado em desacordo com o especificado ou fora das condições contratuais.

7- DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

7.1 – O prazo de execução será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE.

8. SANÇÕES E PENALIDADES POR INADIMPLEMENTO CONTRATUAL:

8.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar:

- A) Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- B) Multa de 10% (*dez por cento*), sobre o valor total do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto neste instrumento;
- C) Multa de 20% (*vinte por cento*), calculada sobre o valor da contratação, em caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida;
- D) Multa de 5% (*cinco por cento*), calculada sobre o valor da contratação, por infração a qualquer cláusula ou condição pactuada neste instrumento;
- E) Suspensão temporária de participar nos processos de compra, e, impedimento de contratar com a FUNDAHC, pelo prazo de 02 (*dois*) anos.

8.2 – As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (*dez*) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CONTRATANTE;

8.3 - O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, à diferença será cobrada na forma da Lei;

8.4 – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da autoridade competente, devidamente justificado;

8.5 – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas;

8.6 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a CONTRATADA às sanções legais;

8.7 – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

8.8 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa;

8.9 – A aplicação da penalidade será formalizada por despacho da Diretoria Executiva da FUNDAH, ou por quem este designar, assegurada defesa prévia, no prazo de 03 (*três*) dias, a contar da notificação para tanto.

9. DOS ACRÉSCIMOS, SUPRESSÕES E SUBCONTRATAÇÃO:

9.1 – A CONTRATADA está obrigada a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (*vingte e cinco por cento*) do valor do contrato;

9.2 – É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.3 – As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato;

9.4 – Não será admitida a subcontratação do serviço.

10 – DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 - O pagamento dos serviços do contrato será efetuado mensalmente, tendo em conta o número de “**ORDEM DE SERVIÇO**” e o quantitativo de serviços efetivamente entregues no HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO, com base também nas Notas Fiscais emitidas pela **CONTRATADA**;

10.2 - A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal/Fatura, com prazo para pagamento de no mínimo 21 (*vingte e um*) dias corridos, juntando a ela os comprovantes atualizados das Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e das Guias de Relação de Empregados (GRE), bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de suspensão do pagamento;

10.3 - O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da **CONTRATADA**, a qual deverá atender o disposto na Resolução 003/2012 da FUNDAH/UFG, ficando a **CONTRATADA** ciente de que as certidões apresentadas no Cadastro de Fornecedores deverão ter seu prazo de validade renovado a cada vencimento;

10.4 - A Nota Fiscal deverá ser emitida pela **CONTRATADA**, obrigatoriamente, com o mesmo número de inscrição no CNPJ com que foi cadastrada sua proposta, não

se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de outras filiais do grupo;

10.5 - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da **CONTRATADA**, ou os produtos entregues não estiverem em conformidade com a solicitação e condições exigidas;

10.6 – As Notas Fiscais deverão ser entregues no HOSPITAL DAS CLÍNICAS DR. SERAFIM DE CARVALHO, no setor de faturamento, até o último dia útil do mês, juntamente com os documentos exigidos no item 7.3, tendo em vista o número de Solicitações de Material atendidas pela **CONTRATADA** nos últimos 30 (*trinta*) dias;

10.7 - Aprovado o pagamento, a **CONTRATANTE** deverá efetuar o pagamento por meio da rede bancária abaixo mencionada, com no mínimo de 21 (*vinete e um*) dias corridos, ao recebimento da Nota Fiscal/Fatura correspondente aos produtos efetivamente adquiridos:

10.8 - Dados para emissão da Nota Fiscal:

Nome: FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFG.

Endereço: Primeira Avenida nº 545 – Setor Leste Universitário

CEP: 74605-020 - Goiânia – GO.

CNPJ: 02.918.347/0001-43

Inscrição Estadual: (*Atenção*) Espaço deve permanecer em branco

Inscrição Municipal: 148.213-0

10.9 - O comprovante de depósito realizado pela **CONTRATANTE**, no que concerne ao pagamento dos produtos objeto deste contrato, servirá como documento de quitação;

10.10 - No caso de pagamento fora do prazo, as importâncias serão corrigidas monetariamente, de acordo com o IGP/M, divulgado pela FGV e acrescidas de multa moratória de 2% (*dois por cento*) e juros de mora fixados em 1% (*um por cento*) am., tudo calculado e apurado, "*pro rata dies*", desde os vencimentos das parcelas até o efetivo pagamento dos débitos em atraso. Ocorrendo atraso superior a 30 (*trinta*) dias, os serviços contratados poderão ser suspensos, independentemente de prévio aviso por parte da **CONTRATADA**.

11. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO:

11.1 – A rescisão contratual poderá ocorrer nos seguintes casos:

- a) pela paralisação dos serviços;
- b) pela transmissão ou cessão a terceiros, pela **CONTRATADA**, do objeto deste contrato, sem prévia anuência por escrito da **CONTRATANTE**;

- c) pelo ato de autoridade ou lei superveniente, que torne a execução deste contrato formal ou materialmente impraticável;
- d) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para Administração, observado o Termo de Colaboração nº 01/2020-SES;
- e) unilateralmente, a qualquer tempo e com antecedência de 30 (trinta) dias, as partes poderão solicitar rescisão contratual por descumprimento de cláusula ou por interesse de qualquer das partes, não cabendo qualquer forma de indenização, ficando a CONTRATANTE a obrigação de pagar pelos serviços já executados.

11.2 - Na hipótese de rescisão, a CONTRATANTE poderá reter créditos e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento;

11.3 - A rescisão contratual ocorrerá da mesma forma prevista no subitem 10.9.;

11.4 - Se a CONTRATANTE deixar de pagar as faturas num prazo de 90 (noventa) dias, contados do primeiro vencimento, ensejará rescisão contratual.

DISPOSIÇÕES GERAIS

12 – O presente Edital poderá ser anulado em qualquer tempo, sem que caiba aos proponentes direito a qualquer indenização ou reclamação;

12.1 - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes, não serão permitidas quaisquer retificações, nem admitidos proponentes retardatários;

13. ANEXOS:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Atestado de visita técnica

Goiânia 02/04/2021.

ANEXO II

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, representada por _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, e inscrito no conselho de classe sob o nº _____, compareceu ao Hospital das Clinicas Dr. Serafim de Carvalho, para realizar visita e inspeção prévia nos equipamentos, salas e EPI'S, com a finalidade de elaborar proposta para a execução dos serviços de controle de qualidade e radiação de fuga em equipamentos emissores de radiação ionizante e levantamento radiométrico dos equipamentos de radiação ionizante, em atendimento ao disposto no instrumento convocatório de nº 24.

Jataí, Goiás, aos ____ de _____ de 2021.

Assinatura: _____.

(Engenheiro Clinico do HCSC)